

VIDA

Miguel Vale de Almeida

“É desinteressante
tentar perceber
o que o PR pensa”

É o único deputado assumidamente gay na Assembleia da República e conseguiu ver aprovada a lei do casamento homossexual. Diz que foi o grande combate da sua vida. Ganhou-o. Miguel Vale de Almeida, antropólogo, deputado independente na bancada do PS, diz que recebe insultos, mas que aprendeu a defender-se e fala da sua homossexualidade sem tabus. Entrevista de Isabel Lucas. Fotografia de Augusto Brázio

VIDA

teve nada que ver com questões de sexualidade. Era do ponto de vista da esquerda, da transformação social. Depois sai da UEC fui estudar para os EUA, fiz o 12º ano lá e quando voltei não quis reentrar e afastei-me completamente. Durante muitos anos não tive relação com a política e fiz o meu curso universitário e só depois quando surgiu a Política XXI, aderi e estive na formação desse grupo, que haveria de estar na formação do Bloco de Esquerda. Ai já por uma questão de interesses meus na área da politização sexual e também pelo trabalho que começava a fazer como antropólogo e que tem muito a ver com questões de género. O meu contributo já ia muito mais nesse sentido. Percebi que aquele era o meu nicho, era onde eu podia contribuir com alguma coisa.

O Bloco de Esquerda era o único partido onde essa questão podia ser discutida com seriedade?

O único sítio era a Política XXI. Foi formada por um grupo de pessoas preocupadas em cortar definitivamente os laços com a esquerda antiga, com a experiência comunista e repensar as coisas de uma forma que na altura ainda permitia que fosse de um pensamento mais radical ate um pensamento social democrata. Esse foi o nicho onde me senti sempre bem. Fizeram-se as negociações que deram origem ao Bloco e durante uns anos o Bloco ainda foi o lugar onde se fazia esse repensar da esquerda de uma forma muito aberta. Havia pessoas de muitas tendências diferentes e o ambiente de discussão e de debate era bastante bom. Era o único lugar onde havia uma discussão sobre questões de sexualidade, orientação sexual, género, etc. Com uma excepção, que era a Juventude Socialista, onde havia também esse tipo de discussão.

Em 2004/2005 disse que para que estas questões fossem possíveis de levar a discussão no Partido Socialista e chegarem a fazer lei o PS teria de mudar muito. O PS mudou muito?

O suficiente ao longo dos anos. Sempre teve o potencial dessa mudança. O PS que eu conheci ao longo do tempo em que estive no Bloco era um PS que eu criticava muitíssimo. Passou por uma fase do ponto de vista da sua afirmação pública extremamente conservadora e muito reactiva a tudo o que fossem agendas de igualdade, nomeadamente no tempo de António Guterres, com toda a questão do aborto. Houve uma reacção negativa de muita gente, e inclusive cheguei a pensar se o PS seria sequer capaz de mudar ou de começar a prestar atenção a determinado tipo de questões. Mas sempre houve vários potenciais dentro do PS. Lembro-me quando o João Soares, enquanto presidente da Câmara de Lisboa, apoiou fortemente o surgimento de uma comunidade LGBT em Lisboa, com a cedência daquele que é o centro LGBT da cidade e que é a sede da associação ILGA Portugal, com apoio ao primeiro arraial pride. E também o trabalho da Juventude Socialista, que foi dos primeiros grupos políticos a propor todas estas questões legais de que temos vindo a falar. Percebo que PS deu um grande passo desde então.

O primeiro-ministro teve um papel importante nessa mudança?

Neste caso, recentemente, José Sócrates teve um papel fulcral.

A que nível?

Porque enquanto secretário-geral é o



Dizia que pertencia à extrema-direita do Bloco, e depois completava a frase dizendo que isso não fazia de mim uma pessoa de direita

primeiro a reconhecer e a entusiasmar-se com a ideia da garantia dos direitos para a população LGBT, nomeadamente a nível do acesso ao casamento.

Alguma vez ele o consultou sobre estas matérias?

Claro. Eu fui convidado por ele para ser candidato dentro da quota do secretário-geral. Isso é conhecido e público. E é óbvio que ele me convidou por causa do meu protagonismo nas lutas LGBT em torno da questão do casamento. Há aí uma união de interesses.

Houve quem dissesse que o Miguel Vale de Almeida tinha sido escolhido para ir para o PS para roubar os votos gay ao Bloco.

Eu não estava no Bloco há já muitos anos. As pessoas esquecem isso.

Sim, mas o seu nome ainda está muito conotado com o Bloco.

Exacto, mas isso tem a ver com processos de psicologia social que eu não sei explicar.

Acha que roubou votos gay ao Bloco?

A comunidade gay em Portugal não tem esse tipo de unidade e de organicidade que levassem a isso. Até porque o Bloco também tinha candidatos que podiam ter feito esse papel. Mas se uma pessoa protagoniza junto com outras um conjunto de questões, é óbvio que o partido que a convida para ser candidato capitaliza isso. Mas isso não é pecado nenhum. Faz parte da luta política. O que tem de ser explicado é porque é que a pessoa que aceita o convite o aceita.

E porque aceitou?

Porque no meu percurso de reflexão política, desde que tinha saído do Bloco, quatro anos antes...

... e já agora explique porque é que saiu.

Por razões mais pessoais que de outro género. Tinham mesmo que ver com a vontade de não participar na vida política partidária. Mas tinham também a ver com o facto de estar a fazer um percurso político que já estava há muito tempo assumido dentro do Bloco, de me considerar social-democrata, de recusar determinadas moções da esquerda mais radical.

Era visto como alguém de direita dentro do Bloco.

Eu dizia isso de mim próprio, como piada, lá dentro. Dizia que pertencia à extrema-direita do Bloco, e depois completava a frase dizendo que isso não fazia de mim uma pessoa de direita. O Bloco foi mudando muito e eu fui mudando muito. Fui maturando algumas noções do que é que era a social democracia e a importância que ela podia ter e o Bloco foi seguindo um percurso cada vez menos diversificado do ponto de vista do pensamento político. Estava na altura de sair. Dediquei-me muito mais à investigação e à intervenção social na área do activismo em relação às questões de género e de orientação sexual. E aí muito mais ligado ao movimento LGBT, à ILGA, a Fórum Social... tentar estar fora dos partidos e levar a agenda LGBT avante.

Mas quando foi convidado por José Sócrates...

Sou convidado perante uma situação em que sei perfeitamente que o meu papel vai ser de testa de ferro, no bom sentido da palavra, do activismo LGBT, nomeadamente em torno das reivindicações que apresentamos. Sabia que tinha de cumprir esse papel e resolvi arriscar entrando para um grupo

parlamentar do partido que estava no poder, e como independente.

É difícil ser independente num partido como o PS?

Está a ser menos difícil do que se podia pensar. E não está a ser muito difícil por cuidado e acompanhamento e cautela das próprias pessoas dentro do PS. Têm sido muito simpáticas nesse ponto. Mas quando somos independentes, não participamos a certo nível das decisões porque não participamos na estrutura partidária, o que por outro lado nos permite um certo tipo de influência. Um independente é convidado por alguma razão. Tem a ver com uma área da vida que supostamente domina e aí pode exercer influência. Há uma vantagem no caso do PS – não sei como será no caso do PSD – que por ser um grande partido e o partido do Governo tem uma diversidade imensa no seu interior e é possível conversar e debater e propor coisas perante essa diversidade muito grande de cabeças. Mas não é totalmente fácil, porque um independente é, à partida, uma pessoa que não subscreve tudo o que o partido diz, e às vezes tem de subscrever porque há um nível de lealdade abaixo do qual não se pode descer.

Sente algum desconforto com isso?

Pode ser desconfortável, mas da mesma maneira que pode ser desconfortável para qualquer pessoa muitas das exigências feitas no emprego ou no trabalho. São pequenos dilemas que todas as pessoas têm na vida. Aqui é a mesma coisa. Há questões que obviamente me perturbam e outras que não compreendo também.

E já se sente em casa aqui?

Não. A minha vida não é esta, no sentido estrito do termo. A minha vida é a universidade.

Mas acabou por me confessar que a sua grande conquista foi feita aqui.

Claro. Sinto-me bem aqui, sinto-me cada vez mais funcional. Estou aqui há muito pouco tempo, mas não é a minha identidade.

Aceitaria um convite para voltar a ser candidato a deputado?

Não. Desde o início que disse que seria só esta vez.

O Papa esteve cá recentemente, referiu-se ao casamento entre homossexuais como algo condenável e curiosamente no dia seguinte o Presidente da República promulga a lei. (risos) É muito desinteressante tentar perceber como é que o Presidente da República pensa.

Surpreendeu-o a posição dele?

Não. É a posição que eu, se fosse ele, teria tomado. O veto iria ser uma segunda derrota política. Ele teve uma derrota humilhante com a votação do Tribunal Constitucional e não podia ter o risco de ter uma segunda humilhação, ou seja, o regresso da lei à Assembleia para ser outra vez aprovada.

Mas acha que ficou claro que seria uma lei que ele, Cavaco Silva, jamais aprovaria?

Jamais. Foi isso que ele disse naquela noite.

Nessa altura ele deixou uma espécie de recado lembrando que o mais importante era a crise económica.

Acho um argumento deplorável. Isso insulta mais as pessoas que estão a passar dificuldades económicas e estão no desemprego do que insulta os gays e as lésbicas. E muitas das pessoas que estão a passar dificuldades serão também gays e



Ele [Cavaco Silva] teve uma derrota humilhante com a votação do Tribunal Constitucional e não podia ter o risco de ter uma segunda humilhação, ou seja, o regresso da lei à Assembleia para ser outra vez aprovada

lésbicas. Porque no fundo está a dizer: os vossos problemas são meros problemas materiais e eu estava até disposto a que os vossos direitos cívicos não existissem. Quando uma pessoa diz que há coisas que são mais prioritárias porque têm a ver com o trabalho, o emprego e a crise, e depois há umas coisas supérfluas que têm a ver com os direitos... É horrível ouvir um político dizer isto, porque os direitos nunca estão a mais. Para eu garantir os direitos de alguém do ponto de vista legal eu não tenho de gastar dinheiro, não tenho de tomar uma decisão estrutural de âmbito económico. É dizer: as pessoas deste tipo podem fazer aquilo ou não podem fazer aquilo. As mulheres podem votar, os negros podem ser cidadãos, os gays e as lésbicas podem casar no civil. São coisas que se fazem na lei. Tem a ver com um decreto de direitos civis e isso nunca atralha ninguém e não ultrapassa nem vai à frente dos problemas terríveis de uma crise económica e social. Ao pôr as coisas nesses termos ele está de certo modo a dizer que os problemas económicos se calhar até se resolviam bem na ausência de direitos civis. Os direitos civis são sempre fundamentais.

O argumento não será o de que neste momento há assuntos mais prementes a resolver?

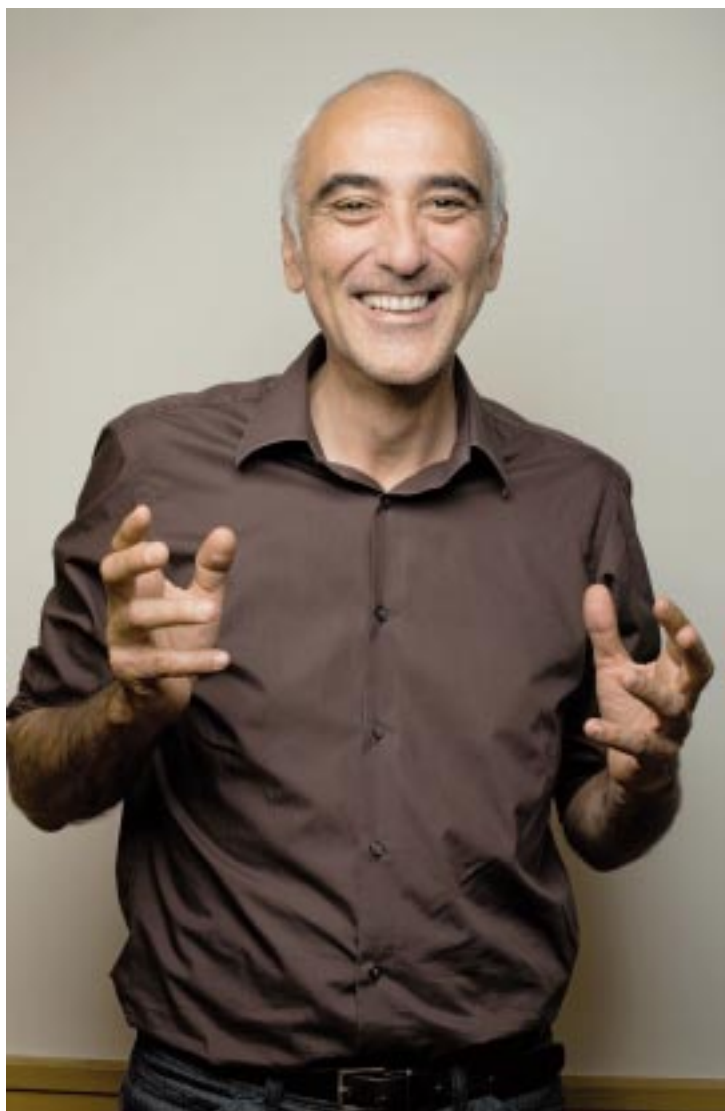
Não percebo esse argumento. Este assunto não tem nenhuma relação de causalidade com o outro. Não há nenhuma base para defender essa ideia a não ser um preconceito muito grande de dizer que há umas coisas que são menores. Acontece que essas coisas a que essas pessoas chamam menores são da mesma ordem que todos os outros direitos que consideramos fundamentais.

A quantas pessoas esta lei vai mudar a vida?

Ela vai mudar a vida de todos os portugueses. No sentido em que se eu consigo numa sociedade que um grupo que é discriminado em função de uma característica deixe de o ser. É a minha própria vida que melhora. É assim que eu vejo as coisas do ponto de vista humanista e democrático. Nesse sentido acho que afecta toda a gente pela positiva.

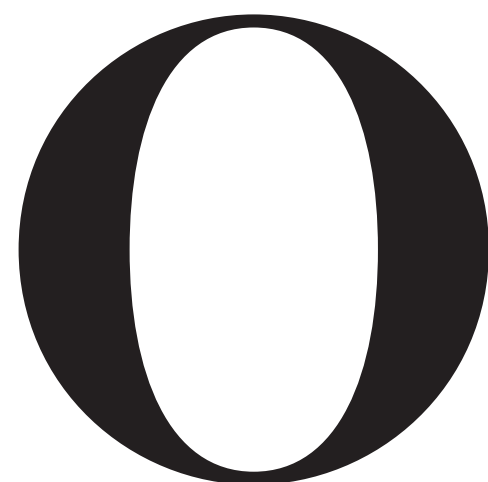
A sociedade portuguesa é homofóbica?

Não. Mas não há uma sociedade que não tenha uma presença muito forte na sua estruturação de um sentimento de homofobia. De certa maneira, em todas as sociedades estamos perante uma homofobia estrutural, porque se empurra as pessoas para um determinado modelo. É assim que ainda estão organizadas. E fazem-no ocultando uma outra parte. Mas em todas as sociedades, e sobretudo nas nossas de democracia liberal e tradição humanista, tem havido avanços significativos no sentido de cada vez mais pessoas acharem iníquo que alguém seja discriminado em função da sua orientação sexual. Há muito mais censura ao racismo porque há muito mais tempo que se vem batalhando sobre esse assunto. Há avanços muito grandes no sentido de uma censura social em relação à homofobia. Não é o casamento que vai acabar com a homofobia. Mas há uma mensagem que é passada às pessoas, que diz que o Estado e a lei, que são o que nos representa como colectivo, estão a dizer que não há mal nenhum nisso e que essas pessoas têm a mesma dignidade. E isso tem um efeito pedagógico muito grande.



VIDA

Como deputado diz que lhe interessam sobretudo as questões que têm que ver com o artigo 13º da Constituição, aquele que trata dos direitos cívicos



O combate pela aprovação da lei do casamento homossexual foi o combate da sua vida?

Foi. Da minha e de algumas outras pessoas. Acho que houve um momento ali a partir de 2003. Em 2003 aconteceu uma coisa muito interessante, quando o casamento foi legalizado em Massachussets. Eu nessa altura tinha ligações fortes aquela zona e foi muito entusiasmante. Percebemos muito claramente que aquela era a linha certa de actuação para a conquista de direitos para a população gay e lésbica e sobretudo a linha certa de combate à homofobia a partir do Estado e a partir da própria legislação.

O exemplo deve partir do Estado?

Absolutamente. Havia duas linhas no movimento LGBT há uns dez anos. Os restos do movimento antigo, dos anos 60 e 70 muito baseado na afirmação da cultura, na visibilidade, numa espécie de oposição de uma forma de ser gay e lésbica a uma forma standardizada, heterossexual, etc.; um movimento mais de base cultural, um movimento contra-cultural, por assim dizer, e de revolta contra aquilo que era a opressão das pessoas. Mas a partir sobretudo da segunda metade dos anos oitenta há uma inflexão muito grande. Os movimentos gay e lésbicos começam a concentrar-se muito na reivindicação de direitos civis e a assumir a população gay lésbica não tanto como um estilo de vida, como se diz em inglês americano, mas muito mais como um grupo, como uma identidade colectiva de pessoas que são excluídas de um conjunto de coisas.

E é nessa segunda categoria que se revê?

Sim. Desde logo por questões geracionais. Começo por ter alguma consciência activista e a participar num grupo activista quando estou na universidade nos Estados Unidos, em 1984.

Que idade tinha?

Estava a fazer o mestrado, tinha 24 anos. Voltei para Portugal em 1986 e aí participei em alguns eventos que aconteciam na altura do único grupo efectivo que havia, que era o GTH, o Grupo de Trabalho Homossexual, que era do PSR. Era o único grupo gay e lésbico que havia, só que era partidário e eu não pertencia àquele partido, mas participava de algumas actividades. Mas em Portugal foi preciso esperar até 1995 para surgir a associação

ILGA Portugal que foi a primeira associação desta fase nova e que tem uma história muito peculiar que tem a ver com esta segunda fase do movimento gay e lésbico dos finais dos anos 80, depois da crise da Sida, essa grande divisória. A ILGA Portugal é feita a partir de um grupo e gays que estão dentro da associação Abraço, isto é, que estão ligadas ao activismo contra a Sida.

Diferença é: ser gay não é uma condição, uma forma de vida, mas uma identidade.

Exacto. E há uma tomada de consciência disso, muito específica em Portugal, porque em Portugal não havia condições para haver movimentos sociais organizados, como há hoje.

Aqui não se está só a referir a movimentos gay.

Não. Ecologia, feminismo, tudo o que fossem os chamados movimentos de terceira geração. Tudo o que não fosse o sindicalismo, o movimento operário ou o movimento político esquerda-direita. Tudo isso em Portugal demorou muito tempo a aparecer. Porque tivemos uma revolução marcada justamente pelas grandes posições de classe, pela esquerda-direita e pelo sindicalismo, e portanto nunca houve no espaço político lugar para emergirem outras questões. Surgiram bem mais tarde do que no resto do mundo ocidental. No caso das questões gay e lésbicas, o seu segundo fôlego é nos anos 90, graças ao facto de muitas pessoas se terem conhecido e se terem apercebido da discriminação que sofriam pelo facto de pela primeira vez terem um lugar onde se podiam associar, reunir e conhecer, em função da luta contra a Sida. Isso foi fundamental. A ILGA Portugal surgiu para aí em 95, 96 e então aí eu comecei a participar, mas não como activista da associação

Porquê?

Inscrevi-me logo. Sou dos primeiros sócios, mas estava dedicado a outras coisas, não participei logo no activismo nessa altura.

Por temer algum tipo de discriminação?

Não. No meu caso não. Sempre fui assumido.

Nunca sentiu que tivesse sofrido discriminação ao longo da sua vida por ser gay?

Devo ter sofrido, porque toda a gente sofre mesmo quando ela não é na cara. Nunca sabemos como o nosso assumir funciona na forma como os outros se relacionam connosco. Para o que é que se é convidado ou não; como é que é o avanço profissional. No meu caso fui bastante privilegiado porque como estava no meio universitário, que á partida já é mais aberto. E por outro lado numa escola muito peculiar, como é o ISCTE, mais aberta ainda, e na minha área, que é a Antropologia, nunca tive verdadeiros problemas e a minha carreira foi-se desenvolvendo bastante bem. Mas isso eu faço sempre questão de sublinhar: que foi um privilégio e uma sorte que tive, porque as histórias que oíço das outras pessoas são por vezes de muito sofrimento.



O facebook, o email, os blogues permitem toda a espécie de insulto, toda a espécie de ameaças. São horríveis, são feios (gargalhada). Não são passíveis de poderem ser transcritos para um jornal, acho

Assinava assiduamente crónicas no “Público” e numa delas sentiu necessidade de afirmar publicamente a sua condição de gay, que não era conhecida por muitos dos seus leitores. Teve ‘feedback’ dessa crónica?

Sim. Eu já era assumido na família, no trabalho, em todo o lado, e a única coisa que faltava era a escrever, mas isso só fazia sentido para mim se eu quisesse transformar isso num acto político. Só assumo publicamente nesse sentido de escrever num jornal porque quis mesmo fazer alguma coisa. Isto é, quis participar politicamente nesta questão.

Não houve leitores a ofendê-lo depois desse assumir público?

Não. Essas coisas acontecem muito mais tarde, são muito mais recentes, muito mais dos últimos dois, três anos, quando o debate público entrou nas questões que têm a ver com a sexualidade, se tornou mais aceso e a dividir mais a sociedade. E também os meios de comunicação mudaram. O facebook, o email, os blogues permitem toda a espécie de insulto, toda a espécie de ameaças.

É alvo de insultos e dessas ameaças?

Sim.

Que tipo de insultos?

São horríveis, são feios (gargalhada). Não são passíveis de ser transcritos para um jornal, acho.

Magoa-o?

Magoou ao princípio. Se uma pessoa que presta muita atenção e vai atrás da coisa fica dominada por isso. Não se pode ficar dominado por aquilo senão entra-se numa espiral de resposta. É preciso uma certa sobrançeria, ficar um pouco distante e dizer “isto não vale a pena, é absolutamente desprezível” e não ligar mesmo e nem sequer ler. Começa-se a ler, vê-se qualquer coisa e faz-se ‘delete’.

E consegue fazer ‘delete’ na cabeça?

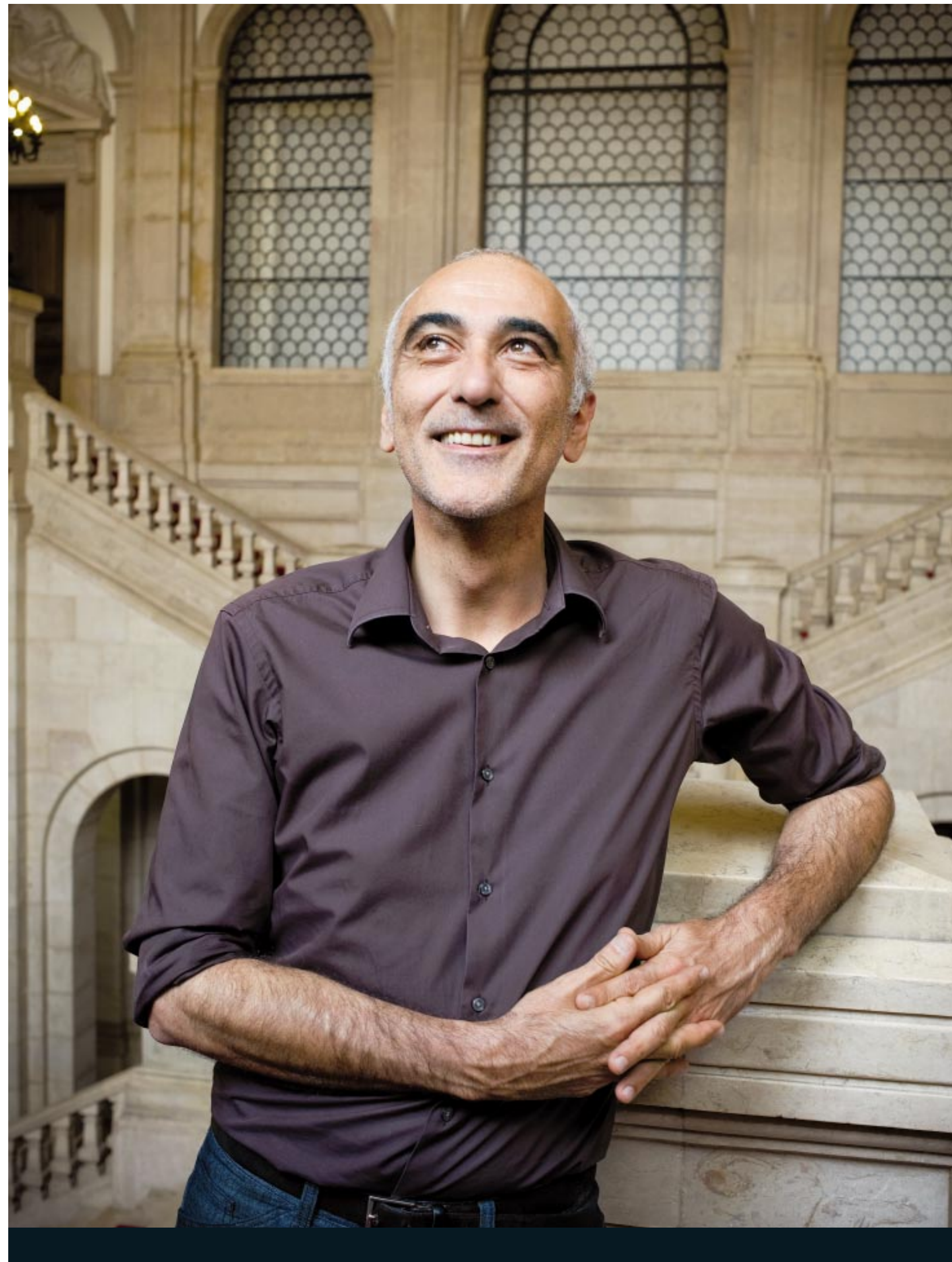
Sim. Talvez por razões pessoais, ter tido uma vida bastante feliz e apoio. Quando se tem uma vida boa em termos de amizade e em termos conjugais e em termos familiares, estas coisas não afectam tanto porque uma pessoa está muito amparada e muito almofadada por um ambiente de solidariedade e de apoio e a imagem que cria de si próprio já não é afectada por esse tipo de insultos ou de ameaças.

Foi o facto de ser gay que o levou à política?

Não exactamente. Sou politizado desde muito cedo. Apanhei com o 25 de Abril aos 13 anos. Nessa altura equivalia a ter hoje 17 ou 18 anos, sobretudo pertencendo à classe média urbana. Era uma época onde também as questões políticas eram mais prementes. Estava-se rodeado por aquele ambiente. Todo o ambiente cultural empurrava as pessoas nesse sentido. Aos 15 anos eu já estava num grupo político juvenil. Na UEC, que na altura era a associação dos estudantes comunistas.

A esquerda foi sempre o seu lugar?

Sim. Aí provavelmente por razões de família, também, e o meio social onde cresci. Mas a politização foi logo aí. Não



VIDA

Põe a hipótese de casar?

Em termos dos meus valores? Sim.

Não põe de parte a possibilidade de um dia vir a casar.

Claro que não. Depende. Depende das situações conjugais, depende dos projectos de vida, mas não tenho nenhum valor contra.

Com que idade descobriu a sua homossexualidade?

Não sei.

Foi complicado?

Não, mas isso foi uma sorte outra vez. Pessoal e familiar.

Teve antes relações heterossexuais?

Sim. Uma coisa é uma pessoa descobrir o desejo, outra é dar o nome ao desejo. Outra ainda é assumir isso. Assim como para um heterossexual há um momento em que se tem o desejo por alguém ou umas fantasias, mas não há o problema de ter de dar o nome àquilo porque é visto como o normal. É o guião que foi oferecido. Para nós, na minha geração, há a dificuldade de ser diferente e de se ficar confrontado com qualquer coisa que já nos foi dito que era anormal. Crescemos e nascemos para o insulto. Já desde crianças que os piores insultos que se fazem a alguém estão relacionados com a sexualidade. Já fomos precavidos de que há ali qualquer coisa monstruosa. Depois quando sentimos que o que sentimos bate com aquela categoria sentimos que estamos a fazer uma coisa errada. É sempre um momento em que se sente alguma coisa de estranho. Mas não me lembro muito de sentir isso.

Os primeiros desejos que sentiu foram por uma mulher?

Por pessoas em geral, dependia muito das situações. Mas a partir de uma certa altura, do final da adolescência, torna-se evidente que tem esse desejo mas isso nunca é muito explicitado porque se namora na mesma com raparigas, porque não há possibilidade de estar com rapazes, porque a questão não se põe. Na minha época, nos anos setenta, isso não se colocava.

E na cabeça, colocava-se?

Não, porque a cultura não nos oferece essa possibilidade não nos diz: isto existe. Ninguém nos dizia: é possível tu

gostares de um rapaz. Esses sentimentos ficam rapidamente reprimidos. Uma pessoa quer é ser igual aos outros naquela idade e imediatamente experimenta o tipo de relações que de qualquer modo são boas e prazenteiras porque são baseadas numa pureza muito própria de se ser miúdo, que é gostar da pessoa antes de tudo o mais e o resto vem por arrasto. Tudo fica mais problemático na altura da primeira maturidade, na altura da faculdade, 18, 19 anos. E aí de facto assumi que o desejo era aquele, no sentido abstracto e depois essas coisas resolveram-se por si próprias. Quando a pessoa está mais madura, já tem mais autonomia, entretanto a sociedade muda um bocadinho, tem mais informação, vai conhecendo pessoas que são do mês tipo. E de repente tudo muda no momento em que a pessoa percebe que gosta de alguém em concreto e o amor é uma força muito grande.

Disse logo à sua família?

Não. Achei que era da ordem dos meus desejos ou da minha sexualidade e que ia ser problemático. Era problemático para mim dizer isso, com medo que fosse chocante. Porque somos educados numa sociedade homofóbica, achamos que a reacção dos outros vai necessariamente ser má e ficamos ali um pouco à espera. E também porque não tive nessa fase relações amorosas, de namoro, que permitissem dizer: olha aqui está um namorado e vou dar esse passo. Entretanto andava com raparigas. Esse passo dei-o quando comecei em Portugal a ter uma relação com alguém. Entretanto fui para os Estados Unidos.

E foi aí que assumiu?

Sim. Estava em Nova Iorque, mas fora da cidade, e aí tive relações de namoro com pessoas, públicas. Mas estava fora de Portugal, não havia aquela necessidade de dizer. Fui dizendo amigos. Só sobrou a família. Essa acabou por saber quando voltei para Portugal e conheci a pessoa com quem vivi muitos anos, uma relação conjugal muito longa, e aí apresentei-o e disse: este é o meu namorado com quem vou viver. O resto está implícito. Foi muito boa a reacção. Tenho sorte.

O passo seguinte é a adopção?

É. Já devia ter sido dado. Mas não é só a adopção. É o que chamamos a



Quando a lei do casamento homossexual foi aprovada não senti uma alegria enorme. Quando me acontecem coisas muito boas não sou do género de ficar eufórico. Fico um bocadinho com uma espécie de depressão pós parto

parentalidade. Definimos esta lei separando conjugalidade de parentalidade. As pessoas casadas não são obrigadas a ter filhos e as pessoas para terem filhos não têm de ser casadas. Separámos isso porque havia muito mais preconceito em relação à ideia de dois homens ou duas mulheres terem crianças. Mas sempre defendi que as duas coisas são igualmente importantes e é importante tratarmos a questão da parentalidade. E isso não tem só a ver com a adopção. Tem também a ver com as crianças que já existem.

Sabe quantas pessoas já têm casamento marcado?

Não, mas já soube por casualidade que só no sábado (hoje) já vai haver dois casamentos em Lisboa. Não sei quem são as pessoas. Soube por acaso e isso significa que se calhar há muitos mais e que se calhar isso vai ser surpreendente, porque eu nem sequer estava à espera muito disso. Era perfeitamente possível que demorasse algum tempo até haver.

Havia muita gente á espera desta lei?

Sim. Razões muito graves que têm que ver com a situação de vida das pessoas e que têm a ver com a importância que as relações familiares têm na sociedade portuguesa, fazem com que haja muitas situações terríveis de homofobia, em que um dos membros do casal, e às vezes até os dois, possa estar em sério risco por causa da atitude dos familiares. Depois há -de haver muitas pessoas com motivação romântica, do compromisso e da celebração, e para elas há um significado simbólico acrescido naquele contrato. E em alguns casos as duas coisas juntas.

É o único gay assumido no Parlamento. Acha que os seus colegas olham para si de uma maneira diferente?

Talvez, mas como mecanismo de protecção há muitos e muitos anos que não preto atenção a isso e não tenho paranóias em relação a isso e provavelmente há coisas que nem dou por elas.

Qual foi o sentimento que tomou conta de si no momento em que a lei foi aprovada?

(Silêncio) Não foi uma alegria enorme. Quando me acontecem coisas muito boas não sou do género de ficar eufórico. Fico um bocadinho com uma espécie de depressão pós parto.

MAKING-OF

Ocupa um gabinete num edifício novo da Assembleia da República. É para lá que segue, desde o Salão Nobre e depois de ter fumado um cigarro na varanda onde todos fumam. Vai pelos corredores sem hesitações e destoa entre os engravatados com a sua camisa castanha e jeans pretos. Segue direito no seu metro e noventa e diz que pelo menos fisicamente já não se perde por ali. É o dia em que se discute a austeridade. Está atento ao que se passa no plenário pelo televisor e sente culpa por não estar no seu lugar. Mas vai falando até chegar à altura de votar. É um deputado a prazo por vontade própria, mas não quer ser acusado de negligente

